

Novas definições entre o público e privado: alguns apontamentos sobre os impactos na educação pública

New definitions between public and private: some points on the impacts on public education

DOI:10.34117/bjdv7n3-516

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 20/03/2021

Jane Eire Rigoldi dos Santos

Doutoranda em Educação (Universidade Estadual de Maringá)

Instituição de atuação atual: Professora da Educação Básica do Município de Cianorte/PR

Endereço :Rua Guarujá, 112, Atlântico 4, Cianorte/PR

E-mail: janerigoldi@hotmail.com

Danielle Cappellazzo Soares de Souza

Mestranda em Educação (Universidade Estadual de Maringá)

Instituição de atuação atual: Instituto Federal do Paraná – Campus Avançado Astorga

Endereço :Rua Orlandina Faiola, 45, casa A, Licce, Astorga/PR

E-mail: daniellecappelasso@gmail.com

Daiane Letícia Boiago

Doutora em Educação (Universidade Estadual de Maringá)

Instituição de atuação atual: UNIFAMMA

Endereço :Rua Quintino Bocaiúva, 1270, apto 42b, Maringá/PR

E-mail: daianeleticia@gmail.com

RESUMO

O artigo busca apresentar reflexões sobre o intenso processo de reformas que tem estabelecido novas fronteiras entre os setores público e privado na educação brasileira. Neste movimento, instituições do Terceiro Setor estão atuando na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais. Na intenção de analisarmos o propósito e os impactos dessa atuação, caracterizamos nossa pesquisa como um estudo documental-bibliográfico, com enfoque crítico, pautado na perspectiva metodológica do materialismo histórico-dialético. Entendemos que no processo de mercantilização da educação, um número exorbitante de recursos públicos tem sido captado pelo setor privado. Destacamos que a política educacional está sendo delineada sob a dinâmica do público não-estatal, o que coloca em risco a educação enquanto direito público.

Palavras-chaves: Público e Privado, Educação Pública, Terceiro Setor.

ABSTRACT

The article seeks to present reflections on the intense reform process that has established new frontiers between the public and private sectors in Brazilian education. In this

movement, Third Sector institutions are working on the elaboration and implementation of public educational policies. In order to analyze the purpose and impacts of this performance, we characterized our research as a documentary-bibliographic study, with a critical focus, based on the methodological perspective of historical-dialectical materialism. We understand that in the process of commodification of education, an exorbitant number of public resources has been raised by the private sector. We emphasize that educational policy is being outlined under the dynamics of the non-state public, which puts education as a public right at risk.

Keywords: Public and Private, Public education, Third sector.

1 INTRODUÇÃO

No atual processo de reformas que perpassa a educação pública brasileira visualizamos uma crescente atuação do setor privado sobre as orientações, diretrizes, leis e orçamentos. Trata-se de grupos privatistas que objetivam o poder não apenas sobre o que é ensinado, mas, principalmente, almejam lucro. Assim, atuam no processo de elaboração e implementação de políticas educacionais, sob a compreensão da educação pública enquanto um mercado em exponencial crescimento (CARVALHO, 2017).

Neste sentido, este artigo se propõe, por meio de uma análise crítica, apresentar algumas reflexões sobre esse intenso processo de reformas que tem estabelecido novas fronteiras entre os setores público e privado na educação brasileira. Pois, somente munidos de informações, podemos ser força de resistência frente às seríssimas implicações que esse processo acarreta em nossa atuação como professores, ou ainda, na sociedade como um todo.

Na intenção de sistematizar nossas reflexões, utilizamos como principais referências os seguintes autores: Ball (2011); Belfield e Levin (2004); Braz e Netto (2012); Carvalho (2017; 2018); Cury (2010); Dale (2004); Galuch (2013); Grimm, Sossai e Segabinazzi (2016); Freitas (2014; 2018); Harvey (2008; 2013); Laval (2004); Martins (2009); Montaña (2014); Peroni (2012); Saviani (1999), entre outros. O artigo está organizado em três partes: na primeira, discutimos a relação entre o trabalho e a educação, perpassando pela organização da educação escolar, especialmente a pública, voltada a atender o modo capitalista de produção; na segunda, analisamos como o setor privado foi tomando espaço no cenário das reformas educacionais no Brasil, a partir dos anos 1990 e o papel decisivo do Estado nesse processo; por fim, analisamos a materialidade em si, por meio de alguns casos de atuação do Terceiro Setor no delineamento das políticas educacionais brasileiras.

2 TRABALHO E EDUCAÇÃO

Inicialmente, entendemos que é preciso formularmos interpretações sobre as redefinições do papel do Estado para compreendermos a atuação do setor privado na esfera pública. Para isso, não podemos desconsiderar a necessidade de uma análise das relações sociais de trabalho, relações estas que vão influenciar todas as esferas da vida social, com vistas ao entendimento do que tem sido denominado, ataque às fronteiras público (PERONI, 2012).

Como sabemos, o trabalho é uma atividade essencialmente humana e ao realizá-lo o homem age sobre a natureza, idealiza mentalmente suas ações e o produto final do seu trabalho, o que lhe permite produzir sua própria consciência. O trabalho é uma atividade essencial, porque produz a própria humanidade, gera instrumentos variados, tecnologia, linguagem, o mundo da cultura, ou seja, o mundo humano. Interpretamos que o salto ontológico da categoria de não humano, para categoria de seres humanos, se deu a partir do trabalho.

Considerando a relevância da ação trabalho na produção da manutenção da vida humana, bem como na constituição do ser social, entendemos que é essencial para garantia de nossa sobrevivência a transmissão dos conhecimentos acumulados, dos métodos, técnicas de domínio e interpretação da natureza (BRAZ; NETTO, 2012). Por isso, a escola pública tem um papel relevante em nossa sociedade, e também, extremamente contraditório.

A escola pública de massas, que se constituiu a partir dos séculos XVIII e XIX, veio para padronizar socialmente subjetividades diversas, difusas e plurais, adequando-as ao modelo econômico capitalista, que se consolidava naquele contexto. Pode por outro lado, esta instituição pode ser capaz de socializar conhecimentos científicos essenciais para manutenção, conformação a sociedade, ou ainda, sua negação. Logo, embora determinada socialmente, é uma instituição responsável, pela transmissão de conhecimentos historicamente acumulados. Como destaca Saviani (1999), em muitos casos, a escola pública pode ser o único lugar potencialmente capaz de transmitir uma cultura erudita para os filhos das classe populares.

Se de um lado, o trabalho, assim como a transmissão dos conhecimentos adquiridos na relação homem e natureza, são vitais para a produção e existência humana, de outro, sob a base de organização da sociedade capitalista, o trabalho é uma atividade de exploração daqueles que possuem a propriedade privada sobre aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para vender e garantir seu sustento. Isto é, a sociedade

capitalista é marcada por uma profunda exploração do homem pelo homem (BRAZ; NETTO, 2012).

O modo capitalista de produção é marcado por crises cíclicas que não podem ser compreendidas necessariamente pela escassez de produtos, mas sim, pelo excesso de produção, de riqueza concentrada e de mão de obra excedente decorrente do crescente desenvolvimento tecnológico (BRAZ; NETTO, 2012). No movimento das crises que está o DNA da educação (CURY, 2010), sendo que elas geram necessidades de luta por sobrevivência, respostas variadas do capital para sustentar-se e manter a coesão social. A escola é amplamente utilizada neste processo, pois como pontua Galuch (2011, p. 62):

A ausência de trabalho desestabiliza as relações entre os homens, gera violência, acirra o individualismo, tornando o terreno fértil para atitudes antiéticas. É preciso, então, acender em cada indivíduo o espírito de união, solidariedade e respeito para que seja mantida a ordem social estabelecida. A escola é chamada, então, para participar dessa tarefa. Que conteúdos transmitir?

A escola ser chamada a dar a sua contribuição para a manutenção de relações sociais desgastadas no contexto das crises capitalista não se trata de um movimento novo. Contudo, as alterações que ocorreram nas esferas da vida social, nas relações de trabalho e nos aparelhos estatais¹, mediante a crise capitalista dos anos 1970, imprimiram também novas exigências formativas (PERONI, 2012).

O trabalhador passa a ter que atuar em um mundo instável, de empregos precarizados, flexíveis, necessitando desenvolver capacidades de polivalência (SILVA, 2005; CARVALHO, 2009). Um sujeito que se sente capaz de prosperar no desordenamento (SENNETT, 2012).

Na esfera política, o neoliberalismo ortodoxo trouxe suas marcas: privatização de empresas estatais; enfraquecimento dos Estados e consequente diminuição de direitos sociais básicos em saúde, educação, assistência social e previdência; enfraquecimento dos sindicatos; e, flexibilização de direitos trabalhistas que colocaram o trabalhador em condições ampliadas de exploração (HARVEY, 2013).

No entanto, este modelo de fazer política se mostrou ineficaz porque nem manteve as taxas de lucratividade do capital, devido à complexidade do capital financeiro,

¹ O modelo de produção taylorista-fordista foi substituído pelo toyotismo. A organização do trabalho que era pautada na produção homogeneizada, com baixo desenvolvimento tecnológico, passou para uma produção diversificada e com alto desenvolvimento tecnológico.

nem conseguiu manter negociação com as massas, mantendo a coesão social (HARVEY, 2013; MARTINS, 2009).

Foi preciso buscar novos métodos de fazer política, alterando as formas de organização do Estado, que assumiu uma lógica gerencialista de administração² (PERONI, 2012), o que certamente atingiu o campo educacional.

3 O SETOR PRIVADO NO CENÁRIO DAS REFORMAS

A partir de 1990, as políticas brasileiras tiveram como norte as políticas liberais da Terceira Via³, cujo principal representante é Anthony Giddens. Foi ele quem apoiou as reformas realizadas por Tony Blair na Inglaterra e que no Brasil foram seguidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) (MARTINS, 2009).

Segundo Peroni (2013), para desconstruir o modelo antigo de Estado de características keynesianas⁴, o argumento foi de que Estado gastou demais ao garantir serviços de assistência social, por isso, a necessidade de controlar despesas públicas, desinvestindo nestas áreas (PERONI, 2012).

No caso brasileiro, tivemos todo um aparato construído para a realização estas reformas⁵. Sob um discurso de Estado lento, burocrático e patrimonialista, a reforma foi proposta em três eixos centrais: flexibilização; descentralização e desresponsabilização de direitos sociais (BRASIL, 1995; BRESSER-PEREIRA, 1997).

No Plano Diretor da Reforma do Estado vemos claramente a ideia de que o Estado, seguindo este novo modelo, deve tornar-se mais eficiente, eficaz, adotar princípios de avaliação da qualidade dos serviços propostos, seguindo uma lógica de mercado na administração pública (BRASIL, 1995). Neste caso, o Plano Diretor, inovava naquele contexto histórico, disseminando a perspectiva da publicização, ou seja, a “descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não

² Para Newman e Clarke (2012, p. 359), o gerencialismo (ou Nova Gestão Pública) “é uma ideologia que legitimava direitos ao poder, especialmente ao direito de gerir, construídos como necessários para alcançar maior eficiência na busca de objetivos organizacionais e sociais”.

³ É pertinente frisarmos que atualmente essa política, denominada de centro, retraiu em escala mundial e o conservadorismo de direita ou extrema direita tomou espaço. Este aspecto fica muito evidente com a eleição de Donald Trump em 2016 como presidente dos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro em 2018, no Brasil.

⁴ De acordo com Harvey (2013) trata-se de políticas fiscais e monetárias implementadas para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Ao Estado cabia concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem estar de seus cidadãos, com um poder livremente distribuído ao lado, ou ainda, intervindo ou substituindo os processos de mercado.

⁵ Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), administrado por Luís Carlos Bresser Pereira.

envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado” (BRASIL, 1995, p. 13). A educação é apresentada como um desses serviços⁶.

Foram construídos argumentos para renovar a administração transferindo o que anteriormente era responsabilidade do Estado para a esfera privada, como as obras de infra-estrutura, bens e serviços. Já as políticas sociais seriam transferidas para o público não estatal⁷ (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Neste panorama político de amplas reformas e reconfigurações a participação intensa de organizações internacionais tem um papel estratégico. Organizações do sistema das Organização das Nações Unidas (ONU), como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passam a ditar as regras para educação dos países subdesenvolvidos, em nível global, regional e local (DALE, 2010). São elas que encorajam a adoção de políticas privatizadoras, inclusive ofertando recursos financeiros para implementação de formas variadas de privatização, em especial, o Banco Mundial (BELFIELD; LEVIN, 2004).

Por meio de grandes encontros, eventos que reúnem líderes mundiais a agenda globalmente estruturada para educação é definida (DALE, 2010). Nestes encontros são consensuadas as metas e as diretrizes para que os Estados nacionais formulem suas políticas públicas.

Os governos em âmbito nacional e internacional, amparados pelas organizações internacionais, reafirmam a proposição de sob a ênfase de que para haver crescimento econômico é preciso enxugar o Estado, que deixa de ser garantidor, provedor de direitos sociais, para ser substituído por empresas com ação social, por meio de diversos formatos de instituições (MONTAÑO, 2014)

Afirmam ser preciso reforçar o papel da sociedade civil ativa, conclamar o empresariado para responsabilidade social, tendo em vista que as solidariedades estão deterioradas e é preciso reforçá-las em uma relação de interdependência (GIDDENS, 2001).

⁶ A escola é concedida à gestão privada (organizações sociais), mas continua sendo do Estado que se mantém como regulador da atividade.

⁷ Tem-se a criação da Organização Social (OS) pela Lei nº 9.637 de 15 de março de 1998 e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999.

Seguindo os apontamentos da política da Terceira Via é preciso construir novas sinergias, uma economia mista, que possibilite novas parcerias, cooperações entre público e privado, e é por isso que vemos a preeminência, no meio educacional, das instituições do Terceiro Setor: ONGs, OSCIPs, fundações e institutos, que passam a ser grandes captadoras de recursos públicos, por meio de novos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) (CARVALHO, 2017).

Os ADEs são considerados novos instrumentos jurídicos que permitem parcerias destas instituições com os Estados e Municípios⁸. No entanto, parecem ser modos estratégicos para captação de recursos públicos⁹. Destacamos a Meta 20 do PNE, que trata sobre a ampliação do financiamento educativo, de 7% até 2019 e 10% até o fim do decênio. Esta ampliação de recursos seria possível a partir da extração de poços de petróleo e gás natural (BRASIL, 2014). Este aspecto nos leva a refletir sobre o interesse na ampliação dos investimentos dos grupos em questão, demonstrando que para além da melhoria da qualidade da educação, existe um interesse das esferas públicas na apropriação do recurso privado.

Se o Estado se desresponsabiliza da garantia de direitos sociais básicos, é preciso promover modos para sanar, ainda que de modo limitado, as necessidades coletivas. No âmbito da sociedade, a ideia que se dissemina a partir deste novo modo de fazer política parte do princípio de que os pobres devem se ajudar mutuamente, ou seja, os pobres solidários entre si, não dependeriam da “caridade” estatal (GARCIA, 2015).

Seguindo esta vertente política, a atuação da sociedade civil ativa deve ser reforçada, pois, será ela capaz de criar mecanismos para atuar onde era apenas responsabilidade do Estado. Desta forma, por diferentes mecanismos incentivam-se ações de autoajuda, cooperação e esforço próprio para sanar as lacunas deixadas por este novo modelo de fazer política (GARCIA, 2015). Os cidadãos são conclamados a atuarem em suas comunidades, por meio de associações, entidades, para resolverem problemas que até então eram incumbência do Estado, agem de maneira voluntária, cooperando entre si, nos limites da sociedade capitalista, sem questionarem a ordem estabelecida (MARTINS, 2009).

⁸ Conforme previsão do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído por meio da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, no art. 7º, § 7º (BRASIL, 2014).

⁹ O processo de elaboração do PNE foi amplamente influenciado pelas instituições do Terceiro Setor, com destaque ao Instituto Ayrton Senna e Instituto Positivo.

O empresariado também é conclamado para dar sua contribuição, por meio da atuação em programas de assistência social, fomento às atividades de ensino e pesquisa, criação de ONGs e OSCIPs, ou ainda, contribuindo financeiramente para instituições que tem atuação social, o que lhes possibilita a dedução de impostos com essas ações (MONTAÑO, 2014).

Montaño (2014) faz críticas à atuação das ONGs, por ocultarem a luta de classes, ao transmitirem a ideia de que existe uma cooperação entre classes sociais, tendo em vista que estas organizações têm atuação social por meio de doações de empresas privadas que objetivam, na verdade, reduzir impostos e fazer marketing social.

Mediante o recurso do Termo de Parceria a transferência de fundos públicos para estas organizações (de ações públicas, mas regidas pelo direito privado), sem qualquer licitação ou concurso públicos, foi aumentado significativamente. Se em 2003, o Governo Federal transferiu às ONGs, de forma direta, recursos públicos equivalentes a R\$ 1,3 bilhão (O Globo, Rio de Janeiro, 3 maio 2004, p. 3, em 2004 foram destinados a organizações “sem fins lucrativos”, R\$ 1. 923.784.323, 61 do Governo Federal, e já em 2010 essa quantia foi de R\$ 5.390.872.610,35 (MONTAÑO, 2014, p. 85).

A sociedade civil que antes era entendida como grupos organizados: sindicatos, partidos de esquerda e os movimentos sociais, se reconfigurou com a missão de empoderar¹⁰ pessoas, ensinar os pobres como gerirem sua própria pobreza. No entanto, elas não expressam anseios populares, elas tentam domesticar, transmitir harmonia e estabelecer cooperações entre classes, transmitindo a ideia de que os empresários ajudam a população, ou o voluntariado.

Esta lógica de política mascara o fato de que entre os empresários e a classe trabalhadora, existe, na verdade um processo de exploração do trabalho. De acordo com Montaño (2014) a atuação das ONGs cumpre funções ideológicas de:

- 1- Justificar e legitimar a desresponsabilização do Estado nas questões sociais;
- 2- Desonerar o capital dos tributos relativos à questão social;
- 3- Diminuir o controle social em relação às questões sociais, informações, dados passam a ser de propriedade da ONGs;
- 4- Diminuir conflitos entre as classes sociais que passam a colaborar entre si, isso tem um forte apelo ideológico, tenta amenizar a rebeldia daqueles que na realidade são explorados;

¹⁰ “[...] um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (ROMANO, 2002, p. 17).

- 5- Naturalizar as mazelas sociais e criação de uma cultura do possibilismo, ou seja, pelos pobres é preciso fazer o que dá, tendo em vista que a sociedade capitalista também é a única possível;
- 6- Reduzir ideologicamente o impacto do desemprego, com a ideia do voluntariado;
- 7- Substituir os direitos universais de responsabilidade do Estado, para ações esporádicas e individuais; de uma solidariedade sistêmica, para uma solidariedade individual.

Para Le Grand (2010) as instituições públicas, como as escolas, devem funcionar como empresas. O governo pode dar um cheque¹¹ ensino para as famílias, que passam a escolher, entre escolas, sejam privadas ou públicas as que consideram melhor para seus filhos. A ideia é fomentar um quase mercado na educação.

Esta ideia de quase mercado¹² presente em no referencial teórico de Le Grand (2010) tem sido adotada no Brasil em caráter emergencial. Em 2016, em Porto Alegre e Piracicaba, os prefeitos pagaram o custo benefício dos alunos para escolas privadas. Em Salvador, as famílias receberam em dinheiro quantias para matricular seus filhos em instituições privadas (GAZETA DO POVO, 2016). São situações preocupantes que revelam a falência do Estado como garantidor da educação pública.

Dando respaldo a esta série de reformas, Delors (1998) determina princípios para educação do século XXI estabelecendo que o papel de autoridades políticas é de garantir possibilidades de escolha da população seja em instituições públicas, privadas ou mistas. Considerando a coletividade da educação, entendida como bem público, pode-se pensar nas possibilidades de combinação entre público e privado.

A UNESCO, em uma publicação denominada *A privatização da educação: causas e implicações* destaca que é preciso encorajar o setor privado, desenvolvendo um semimercado, ou seja, um mercado educacional. Segundo esta organização, os cheques ensino são apenas umas das formas de privatizar, pois os modelos são muito variados. Pode-se privatizar os materiais; os transportes; a alimentação; as atividades desportivas; oferecer bolsas a alunos de acordo com gênero ou classe social. O Estado pode, por

¹¹ “Voucher no original. Consiste em o Estado entregar diretamente às famílias o valor que seria gasto na educação dos filhos, podendo depois estas usar o cheque para colocar o filho numa escola privada ou pública à sua escolha. (N. do T.)” (BELFIELD; LEVIN, 2004).

¹² A respeito, Freitas (2018) tece a crítica no sentido de que não há “meia privatização” ou “quase mercado”, ou seja, a partir da criação do público não estatal por meio da publicização, a educação caminha para uma privatização plena, com sua inserção no livre mercado sob controle político e ideológico por parte das mantenedoras privadas. Esse controle certamente afetaria a garantia do acesso à educação como um direito de todos.

exemplo, oferecer diretamente verbas para rede privada ou para as famílias (BELFIELD; LEVIN, 2004).

É importante frisar que neste documento norteador das políticas privatistas em escala mundial, as indicações para que os Estados tenham sucesso para implantar processos de privatização é procurar meios de garantir o consenso, a aceitação da população. Assim, afirmam que para não causar impactos seria interessante substituir a palavra *vouchers* por cheques ensino¹³ (BELFIELD; LEVIN, 2004).

No Brasil, diversos programas seguem esta tendência de serem oferecidos por instituições privadas que se alimentam de recursos públicos. O Fies (Financiamento Estudantil), criado em 1999 no governo FHC (1995-2002), financia integralmente a formação em nível superior de alunos de baixa renda. O Prouni, (Programa de universidade para todos), criado em 2005 no governo Lula (2003-2010), tem como característica financiar 50% dos estudos em universidades particulares. Todos eles, apesar do discurso idealista de dar oportunidade às pessoas para cursar um ensino superior e tornar a sociedade mais democrática, dissimulam o fato de que as universidades públicas estão sendo abandonadas e o governo optou por alimentar as instituições privadas com recursos públicos. Não há avanços, e sim, retrocesso nestas políticas privatistas.

Saviani (2009) pontua que estamos vivendo na educação um processo contraditório de *inclusão excludente*, ao tratar da democratização do ensino sem qualidade. Não significa necessariamente mais acesso a conhecimentos, nem mesmo a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. São incluídos, mas excluídos dos postos de trabalho, cada vez mais escassos.

Neste contexto, existe uma preocupação com a aceitação das reformas por parte das organizações internacionais.

Esta noção de coesão social pode ter um profundo impacto político, gerando oposição ideológica à privatização. Contudo, é muitas vezes difícil identificar "**coesão social**" e os fatores precisos que unem uma nação. Tentou-se definir coesão social como o ponto até ao qual se pode conseguir uma ação coletiva. Esta ação coletiva - tanto para a defesa nacional como para o **acordo geral** sobre o sistema político - depende do grau de identificação dos indivíduos uns com os outros, a existência de uma liderança forte e regras claras para a **participação no grupo social** (isto é, quem é cidadão). Pode ser importante que o sistema educativo promova - ou, pelo menos, não ponha em causa - a capacidade de ação coletiva, pelo que os indivíduos podem ter mais dificuldades em identificar - -se com aqueles que não tiveram a mesma experiência escolar - mesmo os líderes fortes terão dificuldades se não tiverem

¹³ Esta lógica é sugerida pelo núcleo duro do neoliberalismo, no qual as famílias poderiam receber vales, e escolher as instituições que apresentassem melhores índices em avaliações, em uma lógica de escolha e concorrência (FRIEDMAN, 1985).

experiências comuns com que se possam identificar com o cidadão comum, perturbando assim as normas sociais e a cidadania (BELFIELD; LEVIN, 2004, p. 58-59, grifos nossos).

Este aspecto é importante porque nos revela as manobras para que as reformas possam ser realizadas sem resistência. Nesse sentido, para o entendimento destas políticas devemos estar atentos ao vocabulário da reforma, como pontua Shiroma *et. al* (2005, p. 429):

A vulgarização do “vocabulário da reforma” pode ser considerada uma estratégia de legitimação eficaz na medida em que consegue “colonizar” o discurso, o pensamento educacional e se espalhar no cotidiano como demanda imprescindível da “modernidade”.

Como sabemos, a política objetiva aceitação, implementação, mas isso ocorre de forma contraditória, acreditamos que existe uma arena da prática e a correlação de forças (PEREIRA, 2009; HÖFLING, 2001). Como sabemos, educação escolar pública foi um ganho à classe trabalhadora, resultado de intensas lutas no século XVIII (GALUCH, 2013), sua sobrevivência, enquanto um direito universal depende de somarmos forças de resistência a estes processos acima descritos.

4 A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR EM DESTAQUE

O Instituto Ayrton Senna¹⁴ (IAS) faz parte da rede de cátedras da UNESCO e tem atuação expressiva com um número de 74 mil professores e 2 milhões de alunos, atuando em mais de 1000 municípios e oferecendo diversos serviços para diversas secretarias municipais de educação, como: tecnologias educacionais; assessorias educacionais e pedagógicas; materiais didáticos; consultorias na área de evasão, repetências e avaliação, etc (CAETANO; CORMELLATO, 2013).

De acordo com Caetano e Cormellato (2013), o IAS tem influenciado amplamente as políticas públicas. A instituição captou cerca de 18 milhões de reais de recursos federais em 2009, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A linguagem educacional que visam transmitir é totalmente mercadológica, gerencial, sendo que o problema da educação está apenas relacionado a determinadas metodologias que eles têm condições de oferecer, se apresentam como uma instituição salvacionista, e seus produtos como *antídotos* para educação (IAS, 2017).

¹⁴ A título de exemplo, em 2019, foi firmado convênio entre o Estado de Goiás e o Instituto Ayrton Senna, que atenderá 137 escolas de Ensino Médio, juntamente com a empresa de consultoria 3 Gen, para a oferta de tecnologias relacionadas a competências emocionais (IAS, 2019a).

Neste contexto, pontuamos que o privado passa a ser entendido como o modelo ideal de gestão do público, transmitindo princípios de excelência e eficiência. Os problemas educativos, desta maneira, podem ser resolvidos por meio da compra de pacotes de políticas:

[...] incluindo políticas educacionais de diferentes tipos (alfabetização, gestão tecnologias, formação de professores etc.), até soluções sob a forma de programas, de modelos de gestão, de equipamentos informáticos (softwares tablets, computadores), de materiais didáticos (apostilas, kits de livros), de assessorias, de consultorias, de treinamentos, de uma grande variedade de serviços técnicos, pedagógicos e administrativos/gerenciais que apoiam a educação na sua retaguarda. Enfim, de toda sorte de empacotamento de bens educacionais habilitados à comercialização planetária (GRIMM *et. al*, 2016, p. 1).

O que interpretamos é que nas políticas educacionais surgem novas vozes, a dos empresários, dos economistas, dos psicólogos pragmáticos, que pretendem disseminar um modelo formativo em escala global:

[...] muitas políticas educacionais têm sido objeto de disputa em redes políticas globais, que possuem uma gama diversificada de participantes e que envolvem não somente os governos e outros agentes nacionais, mas também organismos de atuação transnacionais (Banco Mundial, OCDE, etc.), ONGs, think tanks (pesquisadores-consultores individualmente e/ou associados a empresas de prestação de serviços educacionais), grupos de interesses oportunistas (entidades empresariais, associações religiosas, etc.), empresas internacionais de **venda de “pacotes prontos”** de educação, entre outros, cujos discursos ganham adesão por jogarem com a crença social de que o conhecimento é moeda de presente e de futuro de qualquer sociedade qualificada e competitiva (GRIMM *et. al* 2016, p. 853, grifos nossos).

Este aspecto pode ser evidenciado em uma ampla variedade de documentos elaborados pelo IAS. Destacamos o documento *Aplicação de Políticas Públicas* (IAS, 2019b), onde afirmam serem eles portadores de uma “missão”, se qualificando como uma instituição com capacidades técnicas e científicas para dar suporte aos gestores públicos que se interessam em formular políticas voltadas às competências socioemocionais.

Entendemos que o gestor da educação possui desafios de naturezas múltiplas, sejam elas técnicas, políticas, operacionais ou financeiras. Nós convidamos o gestor a fazer um passeio pelo munda da ciência e da evidência. Buscamos organizar o conhecimento disponível, respeitando a conexão necessária entre os objetivos da política educacional e as práticas em sala de aula, e ajudamos a traduzi-lo, de modo a apoiar a formulação, implementação e avaliação de políticas com base em evidência (IAS, 2019b, p. 1, grifo nosso).

Outra instituição que tem atuação intensa nas políticas públicas é o movimento Todos Pela Educação (TPE) que se autodenomina como organização da sociedade civil,

sem fins lucrativos, plural e suprapartidária. Criada em 2006, tem como mantenedores e apoiadores: Instituto Unibanco; ItaúSocial; Instituto Natura; Fundação Lemann; Família Kishimoto; Bugar King; Instituto Votorantin; Fundação Roberto Marinho, entre outros (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019).

Segundo o TPE, em 2006, eles apresentaram à sociedade uma carta no Museu do Ipiranga denominada Compromisso Todos pela Educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019). O documento *Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação* foi lançado pelo governo Lula por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), destacando a importância de criar comitês locais em parceria com o empresariado para monitorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que também nos revela a grande influência destas organizações no direcionamento da política pública.

O Grupo Positivo¹⁵ também tem encontrado nas instituições educacionais de ensino públicas, uma importante fatia de mercado, por meio da venda de materiais didáticos, recursos tecnológicos, consultorias e livros, captando recursos dos municípios. Seu crescimento econômico é tamanho que tem negócios no Oriente Médio, na África, Europa, Estados Unidos, atendendo 2.300 escolas no Brasil (MONTANO, 2013).

No processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁶, grupos como: Fundação Lemann; Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Instituto Inspirare; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Itaú BBA, estiveram contribuindo de perto (MOVIMENTO PELA BASE, 2018). Esses grupos se apresentam como sem fins lucrativos e conseqüentemente tem confiabilidade social (FREITAS, 2014).

Em consonância com a BNCC, na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017b) que dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio, destacamos a possibilidade da oferta do currículo do Ensino Médio, composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos por meio da Educação a Distância, a ser oferecida em **convênios** com instituições privadas.

¹⁵ Oriovisto Guimarães, um dos sócios acionistas do Grupo Positivo, foi eleito como Senador da República em 2018 pelo estado do PR com expressiva aceitação de mais de 2 milhões de votos. Isso nos revela que o empresariado tem atuado expressivamente na política, ou seja, a democracia não pode ser entendida como algo em abstrato, mas sim entendendo que não há uma cisão entre o político e econômico (PERONI, 2012).

¹⁶ Este documento é essencial para política educacional porque “[...] estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito” (BRASIL, 2017a, p. 5).

Art. 36, § 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e **firmar convênios** com instituições de educação a distância com notório reconhecimento [...] (BRASIL, 2017).

No estado do Paraná, o Centro de Ensino Superior de Maringá (CESUMAR) foi a empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 1198/2020, para a oferta dos cursos técnicos e de qualificação profissional que farão parte do itinerário formativo disposto no art. 36, V- formação técnica e profissional do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017). O processo de licitação foi finalizado em 2020, com valor de R\$ 11.491.891,64 (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privatização da educação pública faz parte de um amplo e intenso processo de reformas que colocam em risco a educação enquanto um direito universal e coletivo. Este fato preocupa aqueles que dependem da educação pública para sua formação, ou seja, a classe trabalhadora que passará a pagar pelo serviço educacional ou a receber um serviço privado precarizado. Este modelo aumentará ainda mais a elitização, ampliando as desigualdades educacionais e sociais.

As propostas de políticas educacionais de participação social na educação pública, que por ora se apresentam como inovadoras, não revelam o fato que o Estado tende a se desresponsabilizar de seu dever de garantidor da educação, transferindo suas responsabilidades à própria população. Por outro lado, expressam que se objetiva fomentar um lucrativo mercado educacional, por meio da ação social do empresariado com suas ONGs, OSCIPs, institutos e fundações.

Devemos ter clareza que nesta dinâmica mercadológica, tudo se transforma, o livro didático, o perfil do gestor, os métodos de ensino, de avaliação, ou seja, a filosofia da escola se altera, os valores, princípios, as temáticas que tem mais ou menor valor (LAVAL, 2004).

É preciso no interior das escolas que estejamos atentos para o fato de que privatizar, não é apenas pagar uma mensalidade, como foi apresentada a proposta da UNESCO quanto aos cheques ensino, transferidos do Estado para as famílias. Na verdade, quando propomos uma taxa mensal voluntária aos pais e alunos, quando pedimos doações a entidades filantrópicas para realizar bem feitorias no interior das escolas, quando nos envolvemos em pequenos empreendimentos para vender produtos dentro das escolas, ou quando nos propomos a realizar festas beneficentes com fins

lucrativos ao invés de nos articularmos para exigir do Estado o custeio das necessidades da escola, estamos reafirmando a política de privatização da educação pública, fazendo acontecer a política do público não-estatal.

Sendo assim, acreditamos ser urgente estudos mais aprofundados sobre os impactos destas medidas privatistas, nas leis, nos orçamentos públicos e, principalmente, como tudo isso tem se consolidado, no que Ball (2011), descreve como contexto de prática da política.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs). In: **Políticas educacionais: questões e dilemas**. – São Paulo: Cortez, 2011.

BELFIELD, Clive R. A; LEVIN, Henry M. **Privatização da educação: causas e implicações**. 1ª ed. Editora Asa, UNESCO, 2004.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. 2017a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. 2017b. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 07 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 07 set. 2018.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Econômica Política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

CAETANO, Maria Raquel; COMERLATTO, Luciani Paz. As parcerias público-privadas na educação brasileira e as decorrências na gestão da educação: o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS) In: **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. / Organizadora Vera Maria Vidal Peroni. Brasília: Liber Livro, p. 245- 265, 2013.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. A Educação Básica brasileira e as novas relações entre o Estado e os empresários. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 525-541, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso: 10 abr. 2018.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Reestruturação produtiva, Reforma Administrativa do Estado e destino da educação. **Educ. Soc.**. 2009, vol.30, n.109, pp.1139-1166. Doi: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400011>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CURY, Roberto Jamil. **Educação e Crise: Perspectivas para o Brasil.** **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1089-1098, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 abr. de 2019.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a Educação”? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, nº 87, p.423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 15 out. 2014.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 6ª ed., São Paulo, Cortez, Brasília, MEC: UNESCO, 1998.

FREITAS, Luis Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **Da vinculação entre ciência: contribuições para a formação docente.** Maringá: Eduem, 2013.

GARCIA, Jeferson Diogo de A. **Política educacional a partir de 1990: uma análise dos fundamentos e a função social da formação para cidadania ativa.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

GAZETA DO POVO. **O que é o voucher escolar, que está no centro do debate eleitoral?** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educa>> Acesso em: 15 abr. 2019.

GIDDENS, A. **A terceira via e seus críticos.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRIMM, Viviane; SOSSAI, Fernando Cesar; SEGABINAZZI, Marília. Globalização, redes políticas e neoliberalismo: as contribuições de Stephen Ball para pensar sobre políticas educacionais na atualidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, p. 850-854, v. 11, n. 3, set./dez. 2016 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 06 de fev. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Pregão Eletrônico 1198.** 2020. Disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pages/compras/licitacoes/detalhamentos/detalhamento_licitacoes_gms?windowId=c60>. Acesso em: 07 dez. 2020.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. 4ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **Goiás implementa solução educacional do Instituto Ayrton Senna em 137 escolas**. 2019a. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org>> Acesso em: 13 fev. 2019.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **Carta de apresentação- eduLab21: Aplicação em Políticas Públicas**. 2019b. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrton>>. Acesso em: 22 abr. 19.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LE GRAND, Julian. **A outra mão invisível: a oferta de serviços públicos em regime de concorrência**. Lisboa: Atual Editora, 2010.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

MONTANO, Monique Robain. Sistema de ensino Aprende Brasil: Grupo Positivo. In: **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Organizadora Vera Maria Vidal Peroni. Brasília: Liber Livro, p. 266- 275, 2013.

MONTAÑO, Carlos (org.). **O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. **Começa a implementação**. 2018. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, 2102.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (org.) **Política Social no Capitalismo Tendências Contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, pp.87-107, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

ROMANO, J. R. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32^a ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. 1^a ed., Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fatima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>> Acesso em: 02 de fev. 2018.

SILVA, Sandra Teresinha da. **A Qualificação para o trabalho para Marx**. 2005. 257 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nossa história desde 2006, ajudamos a melhorar a educação do país**. 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/otros/#bloco_67> Acesso em: 22 abr. 2019.